



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

PARECER CONJUNTO

COMISSÃO DE ÉTICA E ASSUNTOS ESPECIAIS
COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo nº 20/2024.

Autoria: Poder Legislativo.

Ementa: "CONCEDE O TÍTULO DE VULTO EMÉRITO À SENHORA EMA DE FÁTIMA LUDGERO BINI, CONFORME ESPECIFICA."

RELATÓRIO

Através deste expediente legislativo, a proposição do ilustre Vereador Pedro Alberto Barausse, consubstanciada na forma de Projeto de Decreto Legislativo sob nº 20/2024, tem por objetivo conceder o título de "*Vulto Emérito à senhora Ema de Fátima Ludgero Bini*, por relevantes e notáveis serviços prestados à sociedade campolarguense.

Esta proposição vem acompanhada de justificativas por escrito, com dados biográficos suficientes para evidenciar o mérito da homenageada.

FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Decreto Legislativo em questão pode ser objeto de iniciativa dos Vereadores com assento nesta colenda Casa de Leis, por estar adstrita à sua competência privativa, consoante previsão expressa contida no inciso XV, do art. 39, da Lei Orgânica do Município de Campo Largo e do art. 263, do Regimento Interno desta Câmara Municipal, de forma a viabilizar tecnicamente seu processamento legislativo.

A Comissão de Ética e Assuntos Especiais ante os notabilizados méritos da senhora Ema de Fátima Ludgero Bini pela sua contribuição no



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

desenvolvimento deste município, opina-se pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo sob n.º 20/2024, para lhe conferir justa homenagem outorgando-lhe o título de Vulto Emérito de Campo Largo.

Quanto a legalidade do Projeto temos que a concessão da honraria far-se-á através de Decreto Legislativo, mediante proposição de qualquer um dos Vereadores da Câmara Municipal de Campo Largo, acompanhada de justificativa escrita com dados suficientes para que se evidencie o mérito do homenageado.

Ante o exposto, a Comissão de Justiça e Redação anota que o Projeto de Decreto Legislativo sob n.º 20/2024 não fere norma regimental ou jurídica; o seu texto tem sentido lógico e de fácil compreensão, não havendo obstáculos que impeçam a sua tramitação regimental, pois a proposição guarda os princípios de constitucionalidade e legalidade.

VOTO

Em face o exposto, não havendo nenhum impedimento regimental para sua tramitação nesta Casa Legislativa, estas comissões opinam pelo parecer favorável ao Decreto Legislativo nº 20/2024.

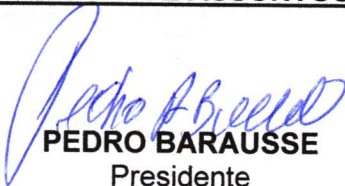


CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO
COMISSÃO DE ÉTICA E ASSUNTOS ESPECIAIS
COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

As Comissões competentes em reunião realizada no dia 14 de agosto de 2024, opinaram pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, pela **ADOÇÃO** do Projeto de Decreto Legislativo nº 20/2024.

COMISSÃO DE ÉTICA E ASSUNTOS ESPECIAIS


PEDRO BARAUSSE
Presidente

ALEXANDRE GUIMARÃES
Relator


SARGENTO LEANDRO CHRESTANI
Membro

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO


MÁRCIO BERALDO
Presidente


SARGENTO LEANDRO CHRESTANI
Relator

ALEXANDRE GUIMARÃES
Membro



APROVADO

Em 1ª discussão.
Sala das Sessões 19 de 08 de 2024


Presidente

APROVADO

Em 2ª discussão.
Sala das Sessões 26 de 08 de 2024


Presidente

PEDRO BARAUSSE

Pres. Sala

SARABERTO LEANDRO CHRISTIAN
Membro

ALLXANDRE C. BARAUSSE
Membro

ALFONSO DE OLIVEIRA E REGO

MARCO LEBALLO
Presidente

ALEXANDRE DOMINARIS
Membro

SARABERTO LEANDRO CHRISTIAN
Membro